

As raízes latino-americanas de Sérgio Buarque de Holanda: o caudilhismo urbano uruguaio como solução para o homem cordial

Nicolás Edgardo Balado Gonçalves¹ 

Rafael Leite Mantovani^{2*} 

Resumo

Partindo das recentes pesquisas sobre as esquecidas teses da primeira edição de *Raízes do Brasil* de 1936, este artigo pretende entender as influências do tipo de Estado aí sugerido ao Brasil. Uma delas, explícita no texto, é o batllismo uruguaio do começo do século XX, e a segunda é o imperador D. Pedro II, admiração que aparece em textos de juventude do autor, anteriores àquela data. Ambos teriam a legitimidade moral sobre facções políticas divergentes, exercendo a autoridade carismática (pessoal), ao mesmo tempo em que se apresentavam como balaústres da ilustração. Ainda que D. Pedro II pudesse carregar o “fardo” do ruralismo, ele foi o grande impulsionador das ciências e das artes no século XIX. Já José Batlle y Ordoñez foi o caudilho que logrou unir *blancos* e *colorados* no Uruguai para criar a constituição mais progressista da sua época e das próximas. Como consideráveis autoridades que impulsionaram suas respectivas nações, elas aparecem para Sérgio Buarque de Holanda como os melhores exemplos que poderiam inspirar as lideranças de países cuja identidade é a cordialidade; cordialidade que não aparece como um mal a ser extirpado nessa primeira edição, mas a estrutura psicológica que sustentaria organicamente o Estado e as instituições brasileiras.

Palavras-chave: Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, caudilhismo, batllismo, homem cordial.

¹Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política, Florianópolis, SC, Brasil.

²Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Departamento de Sociologia e Ciência Política, Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Florianópolis, SC, Brasil.

*Correspondência: rafael.mantovani@ufsc.br

The Latin American roots of Sérgio Buarque de Holanda: uruguayan urban authoritarian leadership as a solution for the cordial man

Abstract

Based on recent studies of the forgotten theses of the first edition of *Raízes do Brasil* (1936), this article's objective is to understand the influences of the type of state suggested for Brazil in this classic work. One influence is that of Uruguayan Batllismo of the early twentieth century, and the second one is that of Emperor Pedro II, an admiration that appears in Sérgio Buarque de Holanda's youthful writings prior to that date. Both lines of thinking had moral legitimacy among divergent political factions, and exercised charismatic (personal) authority, while simultaneously presenting themselves as defenders of the Enlightenment. Although Pedro II carried the "burden" of ruralism, he was a great promoter of the sciences and arts in the nineteenth century. Meanwhile, José Batlle y Ordoñez was a *caudillo* who managed to unite *blancos* and *colorados* in Uruguay to create the most progressive constitution of the time and for years to come. As prominent authorities who drove their respective nations forward, they appear to Holanda as the best examples to inspire the leaders of countries whose identity is that of cordiality. In the first edition of *Raízes do Brasil*, this cordiality is not an evil to be expelled, but the psychological structure that organically sustained the Brazilian state and institutions.

Keywords: Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, authoritarian leadership, batllism, cordial man.

1. Apresentação

Neste artigo, reflete-se sobre a forte influência batllista¹ e a admiração a D. Pedro II no pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, em especial nas décadas de 1920, quando o autor escreveu diversos artigos, e 1930, quando foi lançada a primeira edição de *Raízes do Brasil* (1936). Diversos estudiosos dedicaram-se a uma revisão da obra de Buarque de Holanda nos últimos anos, em especial após vir à luz a edição comemorativa aos oitenta anos do lançamento original. Ela traz o texto consagrado da segunda versão, de 1948, que seria posteriormente sancionado por Antonio Candido em prefácio escrito para a edição de 1969. O prefácio de Candido indica o livro como se fosse um manifesto necessário, saído da mente de um “democrata radical”. Contudo, a edição de 2016 também recupera, em notas de rodapé, os elementos do texto original de 1936 que foram retirados ou modificados nas edições posteriores e que apontam uma outra direção do texto: a crítica à tentativa de implementação da democracia em territórios de cordialidade reinante. Sua releitura trouxe outras visões a respeito da obra e de seu autor. Dentre estas, chama a atenção a de Jessé Souza (2017), apontando que Sérgio Buarque de Holanda seria um “protofascista”. Independentemente do rótulo que se coloque sobre os seus primeiros prognósticos sobre a sociedade brasileira e sugestões para e os tipos de Estado, interessa-nos pensar de onde provinham as influências próprias daquele período histórico que surgem no texto, fazendo do autor um homem do seu tempo.

Pautado na ideia de que somos homens cordiais e que a personalidade comanda as relações sociais – ideias que não aparecem como um problema a ser corrigidos na primeira versão –, Sérgio Buarque formula qual seria a estrutura política que se assentaria melhor sobre esta nossa estrutura psicológica e poderia ser proveitosa. Tal estrutura política era o batllismo uruguaio do começo do século XX.

¹ Doutrina política criada por José Batlle y Ordoñez (1856-1929), fervoroso defensor da necessidade de criação de monopólios estatais econômicos para que se alcançasse desenvolvimento e se pudesse criar legislações assistencialistas.

Após a apresentação dos elementos constituintes do debate no início deste texto, serão feitos breves comentários a respeito do método utilizado em *Raízes do Brasil* por Sérgio Buarque de Holanda. Em seguida, será debatido em que momento histórico forjou-se o pensador Sérgio Buarque de Holanda e as influências mais importantes em sua obra. Enfim, demonstrar-se-á a construção do ideário batllista e o debate recente sobre a primeira edição.

2. Métodos e contradições

Ardonde (2021) buscou entender a contraditória visão de Sérgio Buarque de Holanda em suas *Raízes do Brasil* diversas vezes reescritas, colocando-o entre a cruz e a espada sociológica, posicionando-o, em determinado momento da carreira, quicá como o avesso de um “democrata radical”, ou ainda, como um “protofascista”. Contudo, nenhum dos dois epítetos parece capaz de descrever a complexidade argumentativa do autor e, tampouco (talvez menos ainda), a complexidade do seu tempo, do universo social que o constrói como um pensador essencial em solo brasileiro e, também, latino-americano.

Ainda que Candido tenha sido um contumaz defensor de SBH e seu amigo pessoal, sua análise a respeito do método aplicado pelo autor é bastante pertinente: haveria duas temporalidades de ordem metodológica. Uma análise da cultura nacional e outra das instituições políticas e sociais brasileiras. E o propósito era tentar responder à pergunta que os grandes ensaístas de seu tempo se faziam repetidamente: o que é o Brasil?

A solução encontrada por SBH na sociologia compreensiva de Max Weber e em suas noções de tipo ideal, a partir da edição de 1948, aparece de forma contundente já na separação dicotômica de seus capítulos: o tipo trabalhador, avesso ao tipo aventureiro; o ladrilhador, em sua racionalidade cartesiana, em oposição ao semeador, que sempre busca as condições menos desfavoráveis (e que menos exigissem esforço) na construção de

suas cidades². A dicotomia brasileira beirava o inverossímil e poderia, assim, ser explicada pelo esgarçamento da tipologia ideal, em uma aplicação originalmente buarqueana.

Corroborando com isto, Leopoldo Waizbort (2011) defende que Holanda busca configurar um método interpretativo capaz de vincular as estruturas de personalidade, ontogeneticamente brasileiras, com as estruturas sociais de mesma ordem, conjugando uma relação sócio/psicogenética. Sendo assim, seria capaz de elaborar modelos objetivos capazes de comportar explicações de caráter histórico. Esta construção metodológica foi fortemente ancorada na tradição alemã para entender as raízes sociais brasileiras, sistematizando a ontogênese do período colonial que somava características portuguesas, indígenas e negras.

Como resultado, temos a descrição da constituição de uma identidade luso-brasileira, aquela que resultou dos séculos coloniais e da relação desse período com as estruturas de personalidade dos indivíduos que a compunham.

Isso também se aplica ao próprio SBH: era ele também fruto de seu tempo e resultado da classe da qual era proveniente. Provavelmente por isso, aos dezessete anos, em 1919, SBH escreveu um primeiro artigo relevante, *Viva o Imperador*, que era uma defesa, nem tão velada, ao retorno da monarquia ao solo brasileiro. O artigo fora motivado pela manutenção da lei que proibia o retorno da família real ao Brasil. Mais do que isso, apontava para como a monarquia havia forjado um líder tão impressionante que mereceria a admiração de Vitor Hugo, Pasteur, Lamartine, Dumas, dentre outros grandes pensadores. A defesa de SBH se estendia também à afeição conquistada pelo antigo imperador brasileiro, visto como justo e nobre. Tal postura monarquista também fica evidente em outro texto do mesmo período, chamado *Antonius* (1920). É, no entanto, em *Viva o imperador* que SBH demonstra mais fortemente sua profunda admiração pela monarquia brasileira, representada por Pedro II.

² Hipótese refutada por Santos (2001).

De mãos dadas à liberdade, pompeava, no Império, o progresso e o prêmio que pelo seu devotamento à pátria merecia Dom Pedro II, não tardou que recebesse, e foi a estima dos brasileiros, sincera e única. A afeição ao imperador tornou-se então um sentimento profundamente nacional (Holanda, 2011a, p. 3).

A visão defendida por SBH na versão original de seu *Raízes do Brasil* parece acompanhar a confecção desse texto, tendo se originado no início de sua vida adulta. Ainda em 1920, no texto *A quimera do Monroísmo*, Buarque de Holanda aponta para a necessidade da escolha entre independência e tutela em relação “ao Tio Sam” e, em *A bandeira nacional*, repete com assustadora ênfase a visão defendida por Rodó no primeiro ano do século XX, ao apontar para a necessidade de substituição dos dizeres da bandeira nacional. Afirma que o governo provisório deveria “nomear uma comissão de pessoas de reconhecido mérito dentre os intelectuais patricios, não devendo também ser desdenhado o concurso das classes a que mais diretamente pode interessar a sobredita modificação do pavilhão pátrio” (Holanda, 2011b, p. 14). Aponta que seriam tais grupos: “as classes armadas e a mocidade das escolas superiores” (Holanda, 2011b, p. 14). Rocca (2017) aponta que SBH leu *Ariel* (1990), do uruguaio José Enrique Rodó (1872-1917) ainda no primeiro ano da década de 1920. O que é confirmado pelo lançamento de um artigo crítico de SBH em 1920, também chamado *Ariel*. Esse foi o segundo artigo lançado pelo autor na *Revista do Brasil*, provavelmente a mais prestigiada revista brasileira daquele momento. Holanda acabara de completar 18 anos e passava a preocupar-se especialmente com a influência estadunidense sobre o Brasil. A obra de Rodó, por sua vez, se mostrava como um antídoto a essa influência e apontava outro sentido para toda a América do Sul. Como apontado por Octávio Ianni no prefácio da edição brasileira de Rodó (1991), foi exitoso ao alcançar as elites intelectuais dos países de colonização ibérica.

A versão de *Ariel* que chegara à mão de Holanda havia sido lançada em Madri em meados da década de 1910. O mercado editorial latino-americano a absorveu, possivelmente, pelo seu lançamento europeu, o que lhe dava relevância e a distinguia. Muito provavelmente, José Veríssimo a tenha apresentado para o amigo paulistano (Ribeiro, 2017). SBH, encantado pelo discurso do professor Próspero³, dedicou-se mais enfaticamente à quinta parte da obra: na crítica aos Estados Unidos encontrou a recusa aos modelos sociais importados e, como contraponto, a defesa contundente de caracteres nacionais historicamente constituídos que formariam a base para a construção de uma nação e, possivelmente, de um continente. Começava a surgir em sua cabeça o conceito que o transformaria em um ícone da ciência social brasileira, “o homem cordial”, ainda não alcunhado e tampouco definido conceitualmente, mas abstratamente rabiscado no texto enviado à *Revista do Brasil* em 1920. SBH afirmava que o nascimento de um povo brasileiro efetivamente formado estaria obstruído pela inanição e pelo fervor na imitação das elites brasileiras.

É caso digno de nota quando uma nação, atraída pela grandeza ou pelos progressos de outra pertencente a raça diversa da sua, é levada a imitar sem peias seus traços característicos e nacionais, procura especialmente as qualidades nocivas e as menos compatíveis com sua índole (Holanda, 1989, p. 3).

Mas em que cenário se formará o *homem cordial* buarqueano? Para Monteiro (2015), o entendimento da “cultura da personalidade” por parte de SBH é o que definiria o homem ibérico e sua cordialidade. Tratava-se da percepção de um infindável número de fidalgos desfilando na esfera pública, uma Europa destoante da outra, que havia se lançado aos mares,

³ Próspero é o protagonista da obra “Ariel” de José Enrique Rodó. No decorrer de suas páginas, Próspero faz um contundente apelo à juventude latino-americana e propõe um resgate do belo proveniente das origens gregas da sociedade europeia desembarcada na América. Resgate que deveria ser somado a algo novo, criado por uma juventude avessa ao utilitarismo que o modelo norte-americano tentava propagar.

e fundado também uma América destoante da outra, a norte-americana. Parece-nos evidente a visão organicista do jovem SBH, logo, atemo-nos às influências de Rodó e do Uruguai no cerne da visão buarqueana do homem ideal, buscando compreender quais influências terminariam de construí-lo na mente do autor. Por isso, retornaremos, em seguida, à sua trajetória.

3. Emergência e influências de SBH

Sérgio Buarque de Holanda nasceu em 1902, ainda à luz da Constituição de 1891, que consolidara como princípio normativo a “política do café com leite”, uma espécie de federalismo liberal ancorado sobre interesses oligárquicos das elites regionais, mais especificamente as de São Paulo e Minas Gerais. Tal modelo seria repetidamente criticado por SBH, inicialmente nos dois textos acima citados, *Viva o Imperador* (1919) e *Antonius* (1920), nos quais demonstrava uma postura monarquista e, em seguida, uma forte crítica ao modelo “americanista” em obras do começo da década de 1920.

Especialmente em *Viva o imperador*, publicado originalmente em junho de 1920, SBH critica o banimento da família real do território brasileiro – determinado pelo marechal Deodoro da Fonseca – classificando-o como injustificado, dado que a monarquia presidida por D. Pedro II nada mais seria do que uma democracia com uma coroa; afinal, seria esse o sentido dado ao governo do monarca pela população brasileira (Ribeiro, 2017). A majestade de D. Pedro II não teria sido obtida, aos olhos do jovem ensaísta, por títulos ou pela força, mas sim pelo seu caráter e suas obras. D. Pedro II seria a emanção perfeita do líder brasileiro e conseqüentemente de seu povo, pois garantiu sentido, coesão e ordem para o país. Ainda que como crítica, isso se assemelha ao que escreveu Mattos (1987, p. 191) no seu clássico estudo sobre o Segundo Reinado: “À sombra da magnificência imperial, Luzias e Saquaremas pareceriam semelhantes”. Os arranjos políticos e legais colocariam as facções rivais em concordância sob o controle do Imperador (Dolhnikoff, 2005).

O modelo que substituiu a monarquia em nada correspondeu com as expectativas de um país que saía da escravidão para abraçar a modernidade. A república, de antemão, teria fracassado. Ademais, o americanismo como solução seria, na realidade, a evidência de se estar subjugado novamente a uma potência estrangeira. Algo que aos olhos do jovem SBH havia sido superado com a independência brasileira. Com o golpe republicano, o Brasil estaria prescindindo de sua própria busca identitária, elemento que marcava os debates políticos de fins do XIX e início do XX em território latino-americano. A importação de um modelo impediria a configuração de um ideal nacional, pois não era capaz de dialogar com o ethos brasileiro. SBH, inspirado pelo então recentemente falecido José Enrique Rodó, defende veementemente em *Ariel* (1920) a necessidade de um afastamento praxiológico do mundo estadunidense, reprisando o que décadas antes apontara Eduardo Prado (1860-1901) em *A ilusão americana* (1893).

Os anos de 1910 traziam já a denúncia da cópia por meio das obras de autores como Oliveira Vianna (1883-1951), Alberto Torres (1865-1917), Azevedo do Amaral (1881-1942). Sua denúncia do copismo e a busca pelo que consideravam realismo analítico os fez afirmar um modelo nacionalista que buscasse soluções próprias para os problemas internos do país. A organização desse projeto caberia a uma elite dirigente capaz de manusear com destreza a arte da política. O povo brasileiro precisava ser inventado pelos “iluminados” membros dessa elite. Joaquim Nabuco (1849-1910), anos antes (ao analisar mais detidamente o Chile, mas também outros países latino-americanos), percebera a ausência de qualquer possibilidade de ascensão das classes populares nas trocas de sistema político na América Latina: “Quando se manifesta a guerra civil, o povo não imagina nenhuma oportunidade para si, não pensa em aproveitar-se da crise para tomar a sua parte” (Nabuco, 2010, p. 296). O jogo político se dava pelo alto, verticalmente e, assim, nos tornaríamos uma grande nação. É nesse cenário que se dá a emergência do intelectual Sérgio Buarque de Holanda.

SBH indicava o quão ilusória era a reprodução de um pretensão perfeito ordenamento do universo social propagado pelos Estados Unidos:

um modelo ianque que se dizia capaz de sanar quaisquer problemas, mas que, na visão do autor brasileiro, apenas vendia utilitarismo e conteúdo vazio. Rodó então aparece como antídoto a isso e como fio condutor do pensamento buarquiano. Para Holanda (2011c), o utilitarismo não faz mais do que transformar os indivíduos, com o passar do tempo, em máquinas que apenas reproduzem movimentos, em homens-máquinas, meros aparelhos mecânicos, incapazes de encontrarem as soluções por meio da criatividade; sendo a criatividade a mais poderosa ação do intelecto humano. Diferentemente daquele Ariel do livro de Rodó, o gênio do ar, que era sim capaz.

No texto *Ariel* (1900) de Rodó, as vocações dos jovens que ouviam Próspero (e que seriam a juventude a ler o texto do escritor) poderiam ser diversas da realidade latino-americana imposta pelos Estados Unidos. Rodó afirmava que essas vocações próprias deveriam estar subvencionadas a uma consciência de unidade fundamental, que circunscrevesse cada ser humano a um exemplar não passível de mutilar sua humanidade. Um indivíduo que fosse incapaz de perder sua nobreza de espírito. Criticava a divisão do trabalho social das fábricas, pois seria esta a responsável por estreitar os horizontes intelectuais e de solidariedade da juventude de seu tempo. Citando Guyau, afirma: “há uma profissão universal, que é a do homem” (Rodó, 1991, p. 27).

O mundo material, referenciado ao trabalho automatizado, esvaziaria o encontro do intelecto e do espírito, renegaria Ariel e relegaria à juventude um papel de simples reprodutora, quando, ao contrário, ela deveria formar a intelectualidade vindoura. Apesar das pressões do mundo externo, Próspero acreditava que aqueles jovens deveriam defender a existência de momentos em que o mundo material fosse deixado de lado e que se buscassem (1) a contemplação daquilo que o ser humano tem de essencial e (2) a razão interna, à maneira como faziam os gregos da antiga Atenas. Os resultados desses percursos deveriam ser partilhados com os membros de sua comunidade, em uma ode à abstração.

[E]ssa influência dispersiva prejudica não só a solidez, mas igualmente a estética da estrutura social. A beleza incomparável de Atenas, o caráter imperecível do modelo legado por suas mãos de deusa à admiração e ao encanto da humanidade, se devem a que essa cidade dos prodígios tenha fundado sua concepção de vida sobre o acordo de todas as faculdades humanas, sobre a livre e harmoniosa expansão de todas as energias capazes de contribuir para a glória e o poder dos homens. Atenas soube engrandecer simultaneamente o sentido do ideal e do real, a razão e o instinto, as forças do espírito e do corpo. Cinzelou as quatro fases da alma (Rodó, 1991, p. 30).

Em seu *Ariel* de 1920, SBH acusava a importação de exterioridades. Seu caráter exagerado não combinava com a identidade ibérica que nos formaria. A expansão americanista agiria de modo parasitário sobre a nossa identidade, retirando-nos a liberdade: “O nosso desideratum é o caminho que nos traçou a natureza. Só ele nos fará prósperos e felizes, só ele nos dará um caráter nacional de que tanto carecemos” (Holanda, 1989, p. 43). A leitura de Rodó começava a ajudar SBH a questionar-se sobre a pergunta: *o que somos?* Os elementos centrais da resposta a essa pergunta aparecem na passagem anterior. O *desideratum*⁴ seria o caminho certo a nós legado pela natureza, aquele escolhido por quem aceita o que é.

As influências buarqueanas continuariam a ser alimentadas nos anos vindouros. No ano de 1929, SBH foi enviado como correspondente de *O jornal* para a Europa. Deveria visitar Polônia, Alemanha e URSS; contudo, é desaconselhado à última visita por amigos em decorrência da crise do governo soviético com Leon Trótski. Como correspondente, enxergava a difícil situação alemã decorrente dos acordos que tivera de assinar após a capitulação na Primeira Guerra e percebeu, não sem assombro, a ascensão da extrema direita nazista. Considerava, no entanto, em mais de uma comunicação com o Brasil, que aqueles a quem chamava revanchistas

⁴ O objeto de nosso desejo.

seriam minoria, e que a ascensão hitlerista tinha mais a ver com a crise econômica, que gerava bolsões de miséria, do que com um sentimento de patriotismo. Segundo Ribeiro (2017), foi nesse momento que Buarque teve forte contato com a escola alemã/austriaca de pensamento, sendo iniciado na teoria de nomes como Max Weber, Werner Sombart, Ludwig Klages e Carl Schmitt. Defende Mata (2016) que o SBH de então tinha três autores como centrais para sua compreensão de mundo: Nietzsche, Gide e Thomas Mann. Foquemo-nos em Mann pelo efetivo contato que o jovem Sérgio estabeleceu com o escritor após ele ter vencido o prêmio Nobel. Comparando-o a Tolstói, SBH define duas obras do autor como obras-primas da história da literatura. Ambas *Morte em Veneza* e *Tonio Kröger* são novelas revoltosas perante a moral burguesa e com forte apreço por caracteres personalistas. O nome de Mann esteve muitas vezes ligado à revolução conservadora⁵ da *intelligentsia* alemã. Talvez o principal nome dessa revolução seja o de Carl Schmitt.

Defende Ribeiro (2017) que o contato de SBH com o antiliberalismo de Schmitt acabou por ser um encontro de convergências, ou seja, tendo como consequência lógica a aproximação conceitual. Alguns assuntos os aproximavam sobremaneira, em especial a questão da autodeterminação dos povos em detrimento do intervencionismo estadunidense, demonstrado, em solo americano, pela doutrina Monroe⁶ e, na Alemanha, pela política externa sobre os espólios e responsabilização pela Primeira Guerra. Brasil e Alemanha partilhavam de uma sina comum no fim dos anos 1920: ambos sofriam em suas esferas econômicas e políticas por uma ação norte-americana. Quando a crise econômica, iniciada pela quebra da bolsa de Nova Iorque, chegou à Alemanha, veio carregada de todos os elementos de

⁵ A revolução conservadora foi um movimento alemão com tendência nacionalista e conservadora que obteve destaque após a Primeira grande guerra. O movimento foi marcado por sua oposição tanto ao liberalismo quanto ao comunismo e também à República de Weimar. Além de Schmitt, destacaram-se no grupo nomes como Martin Heidegger, Oswald Spengler e Ernst Jünger.

⁶ Doutrina atribuída ao presidente norte-americano James Monroe (1758-1831), que estabelecia qualquer ataque europeu a um território americano como um ato de agressão que demandaria a intervenção dos Estados Unidos.

dominação que Holanda enxergava no Estado norte-americano. Instituições financeiras estadunidenses passaram a exigir pagamentos de empréstimos em prazos exíguos do governo alemão e também de todos os setores econômicos privados. A instabilidade gerada logo chegou ao universo da política alemã, levando o presidente da república Von Hindenburg a apelar à nomeação de um chanceler (Ribeiro, 2017).

Schmitt buscava soluções. A vida imanente que se esvai tornou-se uma preocupação constante para o autor, assim como a razão instrumental crescente e resultante de um mundo desencantado. Havia, para o autor, a necessidade de se criar uma racionalidade capaz de combater principiologicamente a tecnicidade e a burocracia que fundamentam o capitalismo. Fazia-se necessária a afirmação do caráter nacional em busca da libertação do povo de um nocivo e violento controle por parte do interesse estrangeiro.

SBH voltava da Alemanha em 1931, com *Raízes do Brasil* “parcialmente escrito”, “no essencial quase todo pensado” (Holanda, 2008, p. 618-619) e fortemente influenciado por Schmitt, embora a referência ao autor só apareça em alguma obra sua no ano de 1935, ou seja, um ano antes do lançamento de sua primeira versão de *Raízes do Brasil* (Ribeiro, 2017). Para SBH, o “sábio professor de Bonn”⁷ fundara, por meio das categorias amigo-inimigo, a perspectiva mais acurada entre litigantes antagônicos. Schmitt a teria pensado excluindo elementos exógenos, ou seja, os acidentes exteriores do fenômeno. Havendo apenas essas duas categorias, a litigância ganha sentido constante: “todos os conceitos e representações políticas têm um sentido polêmico bastante claro, quer dizer, têm em vista um objeto concreto, estão associados a situações concretas cuja consequência última é o agrupamento em amigo-inimigo” (Schmitt, 1972, p. 71).

Progresso e liberalismo seriam, no pensamento de Schmitt e no de SBH da primeira edição de *Raízes do Brasil*, princípios litigantes em solo latino-americano. As ideias liberais de seu tempo se apresentavam em

⁷ Assim Sérgio Buarque de Holanda descrevia Carl Schmitt em textos publicados em 1935.

solo europeu como princípio normativo irrefutável, norteavam todos os programas políticos possíveis. Schmitt, por sua vez, tentava arrancar o véu progressista que o liberalismo havia vestido. Afirma que a noção idealista e ahistórica do liberalismo seria, de fato, apenas o resultado ideológico das mudanças sociais dos séculos progressos. Diferentemente disso, o político não está isolado em uma esfera ilhada, ele está em todas as relações e é resultado de relações pregressas que desaguaram em um determinado momento histórico.

O político poderia surgir de qualquer setor da vida humana. Ele não só se originaria da possibilidade de efetuar distinções entre amigo e inimigo, como também é o alicerce da vida coletiva dos homens. Na perspectiva de Schmitt, o político está em todo lugar. Essa constatação é, no entender de Holanda, uma das maiores virtudes do pensamento schmittiano, pois romperia com a ideia liberal de uma esfera política como autônoma da vida em sociedade: teria sido por um desconhecimento lamentável da essência do fenômeno político que o liberalismo do século passado pôde imaginar uma “associação” ou “coletividade” política que coexiste, sem concorrer, com uma coletividade religiosa, cultural, econômica etc.

De acordo com o sistema liberal pluralista, o Estado tende a ser um mero servidor da sociedade neutra, ou uma nova espécie de sociedade. Não admira, pois, que do liberalismo tenham nascido todas as teorias negadoras do Estado: para um liberal consequente só existe no fundo uma realidade, que é o indivíduo – como conjunto de indivíduos ele só admite um Todo, que é a Humanidade (Ribeiro, 2017, p. 96).

SBH não foi alguém que havia vivido na Alemanha e fizera parte do debate sobre o movimento antiliberal de maneira superficial; foi, ao contrário, alguém que bebera de diversas fontes (especialmente da de Schmitt) e, observando a realidade brasileira, formularia um conceito que marcaria sua obra: o homem cordial.

As ideias de Rodó – em especial a respeito dos caracteres históricos que deveriam ser abraçados e seriam formativos do povo brasileiro – misturavam-se às de Schmitt. Os caracteres seriam compreendidos sob a perspectiva litigante do amigo-inimigo na busca de uma resposta histórica para a questão da identidade brasileira. As raízes ibéricas⁸ que nos haviam constituído não deveriam ser abandonadas. Ademais, deveria ser levada à prova a litigância entre o liberalismo intervencionista norte-americano e um universo social latino-americano que tinha em D. Pedro II o melhor exemplo de um líder forte e iluminado. Chega-se, assim, à invenção do homem cordial.

4. Uma ode ao fim da democracia: antítese liberalismo-caudilhismo

Na edição de 1936, diferentemente das posteriores, o autor não culpa nossas particularidades pelo nosso pretenso atraso: as instituições brasileiras não deveriam ser negadas, nem as formas de convívio pregressas, ainda menos nossas raízes ibéricas. Eram um legado positivo da colonização, uma marca preponderante da personalidade brasileira, cordial. Como percebido por Feldman (2016b), a interpretação da “cordialidade” em *Raízes do Brasil* poderia ser questionada, como o fez Cassiano Ricardo. Ricardo interpretou cordialidade como bondade, ao que SBH responderia, em notas de rodapé de edições posteriores, que o conceito seria muito mais amplo e complexo. Na segunda edição da obra, em um mundo que abraçara o projeto democrático liberal, cordialidade preenchia seu significado com elementos mais facilmente deglutíveis. Para Feldman, “a morte do homem cordial representava o fracasso de um projeto” (Feldman, 2016b, p. 81).

⁸ Como destacado por Avelino Filho (1990), a herança ibérica sobrevivente na Europa, em que pese suas grandes transformações de ordem científica e social, não dialogava com princípios abstratos. A cultura da personalidade não separa o homem em dois, um que vive no espaço privado e outro que vive no espaço público. Tais características, presentes nos colonizadores da América do Sul, levam a uma ocupação com baixíssimo grau de objetividade científica e quantidades mínimas de capacidade de abstração.

O caráter universalista que agora revestia o conceito se contrapunha àquele que afirmava as características ibéricas do homem cordial. Contradizia SBH, portanto, a si mesmo. Pela positivação das características brasileiras na edição de 1936, a obra foi usada politicamente, assim como *Casa grande & senzala* (1933) de Gilberto Freyre: como assinalado por Feldman (2016a), o enaltecimento da tradição ibérica e a profunda crítica à democracia popular fizeram com que o Estado Novo a adotasse.

Adverte Pécora (2008) que a naturalidade com que o “hibridismo” luso-brasileiro aparecia na obra denotaria, nos dias atuais, um forte caráter ideológico conservador. Ainda que seu legado tenha escapado dessa acusação, a obra não se afastou tanto dela. Conforme Pécora (2008, p. 23): “E se ele nunca chegou a ser despachado para as mesmas fossas infernais em que ardia Freyre, desqualificado como ideólogo do conservadorismo oligárquico, não será exagero afirmar que andou pelas redondezas”.

Na primeira página de *Raízes do Brasil*, uma das mais célebres frases do livro salta aos olhos: “somos ainda hoje desterrados em nossa terra” (Feldman, 2016b, p. 39). Como visto por Ardonde (2021), essa metáfora era um elemento comum à intelectualidade brasileira da época. Já em *Terra sem história*, de 1909, Euclides da Cunha (1999) a evidenciara. Em 1927, Oliveira Vianna, em seu *O idealismo da constituição*, dissera: “somos deracinés: os nossos ideias não se alimentam da nossa seiva, não se radicam na nossa vida” (Vianna, 1927, p. 141). Martins de Almeida, no mesmo ano, escrevera em seu *Brasil errado*: “o brasileiro é um exilado dentro da própria terra” (Almeida, 1932, p. 53).

Holanda bebeu desse cabedal informacional para iniciar o seu ensaio. Reconhecia que a questão do desterro devia ser resolvida de uma forma que alguns de seus contemporâneos não considerariam “sedutora” e abraçava a associação com a Península Ibérica, em especial a Portugal, que nos nutria por meio de poderosa tradição a uma alma comum, ainda que muito nos separasse. É de lá, afirma SBH, a origem da nossa cultura. O resto – como o americanismo – foi matéria que se sujeitou a essa forma. Nosso

Estado perfeito, já que a monarquia havia acabado, seria um que abraçasse o caudilhismo – tipicamente ibérico – desde que abandonasse suas raízes rurais, se urbanizasse e se tornasse ilustrado.

O Estado, entre nós, de fato, não precisa e não deve ser despótico – o despotismo condiz mal com a doçura de nosso gênio –, mas necessita de pujança e compostura, de grandeza e solicitude, ao mesmo tempo, se quiser adquirir alguma força e também essa respeitabilidade que os nossos pais ibéricos nos ensinaram a considerar a virtude suprema entre todas. Ele ainda pode conquistar por esse meio, e só *por ele*,⁹ uma força verdadeiramente assombrosa em todos os departamentos da vida nacional (Holanda, 2016, p. 310).

Ao contrário da imagem de um Estado profundamente racional e burocratizado, temos um com ares de grandeza, ancorado em uma figura poderosa. Aqui, SBH defende textualmente que apenas por meio da cordialidade – como virtude ibérica suprema – e desse fortalecimento agindo sobre o funcionamento do Estado brasileiro – com pujança e compostura – se poderá alcançar a vitória nos mais diversos campos da vida social: “mas é indispensável que as peças de seu mecanismo funcionem com certa harmonia e garbo. O império brasileiro realizou isso em grande parte” (Holanda, 2016, p. 310).

Aponta, assim, uma visão organicista da ideia de harmonia: ancorada, por um lado, na necessidade de vínculo entre povo e soberania e, por outro, na ilustração, na elegância intelectual que o mundo urbano em seu dever-ser demandaria. A figura do imperador surge novamente como exemplo desse líder político forte e ilustrado, capaz de dominar por meio das raízes cordiais, mas também de olhar para o que há de mais progressista no mundo e filtrar aquilo que a nós serviria ou não.

⁹ Grifo de alteração significativa.

A democracia liberal, que teria alguns elementos passíveis de importação no Brasil, era em especial aquela baseada nos princípios da revolução francesa, ou ainda anterior – baseada no belo grego –, e não aquela democracia utilitarista que havia se fundado nos Estados Unidos. Portanto, abraçava a ideia da monarquia com um nexos moral necessário, garantidor de coesão social. Nossa revolução precisava ser vertical, encabeçada por um líder político poderoso e não uma democracia horizontal formada por partidos e políticos profissionais.

“De uma revolução”, dizia [Herbert Smith], “é talvez o que precisa a América do Sul”. Não de uma revolução horizontal, simples redemoinho de contendas políticas, que servem para atropelar algumas centenas ou milhares de pessoas menos afortunadas. O mundo está farto de tais movimentos. O ideal seria uma boa e honesta revolução, uma revolução vertical e que trouxesse à tona elementos mais vigorosos, destruindo para sempre os velhos e incapazes (Holanda, 2016, p. 319).

A nossa revolução, na versão primeira de *Raízes do Brasil*, é deslocada à crença revolucionária do caudilhismo urbano batllista. Imerso em um momento de profunda combustão social em solo brasileiro, mas também no restante do planeta, SBH observava possibilidades e fazia apostas para o futuro.

O termo *caudilho urbano* surge com Batlle y Ordoñez. Diversos pensadores uruguaios trataram de entender a figura do presidente colorado, destacando-se, em especial, o politólogo Gerardo Caetano. A palavra “caudilho” provém do latim “cabeça”. Batlle era a *cabeça política* de um grande grupo de pessoas, mas, ao contrário dos caudilhos colorados que o antecederam¹⁰, Batlle tinha os habitantes de Montevideu entre aqueles que o seguiam de maneira incondicional, encontrando-se sob sua fascinação tanto as classes populares da capital uruguaia quanto a intelectualidade

¹⁰Como Fructuoso Rivera (1789-1854) ou Venancio Flores (1808-1868), que lideravam homens do universo rural.

universitária emergente. Sua liderança carismática à moda caudilhista foi acompanhada por um afã modernizante que revolucionou as relações civis no Uruguai. Esse caudilhismo urbano parecia, naquele momento para Sérgio Buarque, uma solução sábia para as questões prementes do Brasil, especialmente por sua capacidade de responder às nossas questões de legitimação e de obediência aos códigos e normas, criando uma espécie de democracia mediada e antiliberal. “Uma superação da doutrina democrática só será efetivamente possível, entre nós, quando tenha sido vencida a antítese liberalismo-caudilhismo”¹¹ (Holanda, 2016, p. 317). O que seria a superação da doutrina democrática?

Feldman (2016b, p. 34) percebe o equívoco de Candido, apontando que “[...] o discurso sobre Raízes do Brasil assimilou esse anacronismo [olhar para a obra a partir da versão de 1948] como um fato”. *Raízes do Brasil* se tornaria o clássico apontado por Candido, porém, não em seu nascimento, mas sim, com a madurez que as novas versões trariam. O “democrata radical” SBH demonstrava que a democracia não era a resposta para o Brasil e que, em solo nacional, deveria sim ser deixada para trás. Como substituto da democracia, teríamos então o caudilhismo, performado por oligarquias regionais brasileiras que se revestiam com um liberalismo importado que impunha ao Brasil uma forma genérica e universal. Superar a democracia seria encontrar elementos constitutivos do caudilhismo – de raízes tipicamente ibéricas – e associá-los, como síntese, aos elementos cabíveis do liberalismo em nossa, em termos buarqueanos, plasticidade. O monarquismo de SBH aparece aqui como a resposta para a potencialização do Brasil, retornado por meio da mescla entre os elementos intelectuais, a seu ver necessários, provenientes do liberalismo, e a imagem forte, a qual garantiria coesão social do caudilho.

¹¹Na versão original de 1936: “Uma superação da doutrina democrática só será efetivamente possível, entre nós, quando tenha sido vencida a antítese *impersonalismo*-caudilhismo” (Holanda, 2016, p. 316).

Seja como for, o fato é que o espírito legístico não conseguiu até hoje modificar profundamente a atitude natural dos povos latino-americanos que pretende orientar: quando muito conservou-se à margem dos acontecimentos, exacerbando mesmo, por contraste, as forças que queira neutralizar. Essa atitude – dentro ou fora do liberalismo – requer que, atrás da estrutura abstrata do Estado, existam personagens de carne e osso. As constituições que foram feitas para não serem cumpridas, as leis que existem para serem violadas, tudo em benefício de indivíduos e oligarquias, são fenômenos correntes em toda a história da América Latina. É em vão que os políticos imaginam interessar-se mais pelos princípios do que pelos homens: seus próprios atos são o desmentido flagrante dessa pretensão. O grau de relações, de intimidade e de parentesco com os detentores do poder decide sempre do êxito de uma carreira pessoal, muito mais do que os argumentos legais ou morais. Quaisquer que sejam as revoluções “regeneradoras”, dificilmente chegarão a frear de maneira eficiente a importância dos empenhos e dos pistolões (Holanda, 2016, p. 317).

Mas qual foi a solução definitiva deste imbróglio chamado Brasil? Ainda que não apareça de forma definitiva em sua obra, há elementos dispersos nessa primeira versão¹² que podem ajudar a entender qual era o modelo que o Brasil poderia seguir para vencer e superar a doutrina democrática e, com isto, resolver a questão dialética entre liberalismo e caudilhismo. A proposta para a nossa revolução é o caudilhismo urbano.

¹²Já na edição de 1948, SBH apresenta modificações substanciais em seu texto e afirma o seguinte: “publicado pela primeira vez em 1936, este livro sai consideravelmente modificado na presente versão. Reproduzi-lo em sua forma originária, sem qualquer retoque, seria reeditar opiniões e pensamentos que em muitos pontos deixaram de satisfazer-me. Se por vezes tive o receio de ousar uma revisão verdadeiramente radical do texto – mais valeria, nesse caso, escrever um livro novo – não hesitei, contudo, em alterá-lo abundantemente onde pareceu necessário retificar, precisar ou ampliar sua substância” (Holanda, 2016, p. 347).

O rural era o atraso. E o caudilho também era rural. Em contrapartida, o urbano trazia o mundo iluminado. E este mundo urbano poderia se constituir como uma armadilha para o homem cordial, pois não daria espaço ao personalismo e impediria um líder que fosse capaz de equacionar de modo vertical as complicações políticas que moviam a vida das facções políticas brasileiras. A equação estaria assim formada: haveria de se extirpar a raiz rural, mas não o caudilho. Ele era a nossa liderança política carismática capaz de conduzir multidões e de agrupar nossos interesses nacionais (amigo) contra a doutrina imperialista norte-americana (inimigo), sendo assim capaz de resolver os problemas que haviam emergido da modernidade. A solução era um caudilho que abandonasse o campo, e que – como D. Pedro II – colocasse as luzes do saber e do moderno como horizonte político a ser alcançado. Mas o modelo efetivamente trazido como exemplo no texto foi José Batlle y Ordoñez: “A formação de elites de governantes em torno de personalidades prestigiosas tem sido, ao menos por enquanto, o princípio político mais fecundo em nossa América” (Holanda, 2016, p. 156).

Para SBH, “o Uruguai batllista pretendeu, enquanto existiu, realizar, ao menos em teoria, a consequência lógica do ideal democrático moderno” (Holanda, 2016, p. 316), pois foi a consequência lógica do ideal de democracia liberal equacionada dialeticamente com o modelo caudilhista urbano adotado por Batlle. O caudilhismo com Batlle abandonou o interior do Uruguai, instalou-se na capital nacional, renunciou à perspectiva rural e mirou no progresso industrial. Abraçou-se às tradições uruguaias sem deixar de sorver necessários elementos externos desde que acopláveis à identidade do povo uruguaio.

Batlle teve forte influência do filósofo Karl Krause¹³. Buscava, enquanto governante, posicionar-se como um herói histórico fortemente alinhado a seu povo e suas tradições, sem descuidar, no entanto, da perspectiva ética

¹³Para o filósofo alemão, o ideal da humanidade não seria que um Estado dominasse os demais, mas que se constituísse uma federação das associações universais, sem prejuízo para suas peculiaridades, tendo um forte apreço pelas ideias de nação e família.

e moral que deveria pôr em marcha na busca por um Estado ideal. Segundo o cientista político uruguaio Gerardo Caetano, as mudanças propostas por Batlle no início do século XX não romperam com as tradições uruguaias e se mantiveram respeitando o passado, de tal modo que: “aun los fenómenos más inovadores en este campo recogieron las herencias y las tradiciones de una historia política ya por entonces muy rica y densa en significados” (La Mañana, 2020). O governo levado a cabo por Batlle era a junção entre os impulsos caudilhescos e o disciplinamento intelectual proveniente do iluminismo europeu. Afinal, somava os acúmulos históricos de matiz cidadã do povo, virtudes cívicas que haviam sido transformadas em elementos constitutivos da nacionalidade, com valores universais que deveriam ser absorvidos e ressignificados na busca de um estado ideal.

Segundo Caetano (2021), no modelo batllista, o Estado funcionava dentro do possível automaticamente, pois as relações cordiais, preexistentes e configuradas pelas raízes ibéricas, precisavam ser reguladas por uma figura de personalidade poderosa, que garantiria por meio de sua existência e de suas ações que os desmandos não fossem capazes de afetar o funcionamento dos governos, senão de modo superficial. A personalidade do caudilho urbano era o elemento que garantiria a coesão do Estado, da mesma forma como a figura do monarca brasileiro, na visão buarqueana, tão bem o havia feito. O homem cordial, com seus amores e cóleras, superava o impersonalismo que deveria ser típico nas democracias liberais e emprestava fluidez e funcionamento ao Estado. A figura de Batlle, como visto por seus contemporâneos, carregava todos os elementos que, de algum modo, SBH percebera em D. Pedro II. Seu caráter era o que deveria servir de exemplo para todos, mantendo o que deveria ser mantido sem fechar as portas para o novo que o ocidente liberal – de procedência francesa – oferecia. Em sua obra a respeito da relação que estabelecera com Batlle, Manini Ríos (1970) define alguns caracteres de sua personalidade.

Batlle tiene demasiada personalidad como para poder pensarse a sí mismo en un segundo plano. Es de costumbres sencillas, en todo morigerado, pero no es modesto ni ostenta la humildad falsa que es la otra cara del vanidoso que se tiene por más. Cree en sí mismo, en su obra y en lo que puede hacer por su país. Tiene plena conciencia de su propio peso y ciega fe en su programa político, social y económico. Retirarse a mitad de camino – ¿y cuando no es mitad de camino para un gobernante? –, dejando inconclusa la faena, aun en manos del más seleccionado de sus amigos, no le satisface. Repetir su voluntario exilio europeo como durante la presidencia de Williman, no es una solución, pero retirarse a su quinta de Piedras Blancas, mientras el nuevo Señor Presidente gobierna sin él, le atrae mucho menos (Ríos, 1970, p. 37).

Ademais do caráter requisitado para um bom governante latino-americano, Batlle havia vencido seus detratores e realizado diversas mudanças estruturais em território uruguaio. Essas transformações eram muitas vezes de caráter fortemente nacionalista, o que novamente agradava SBH. Exemplos disso foram: (1) a grande ampliação das usinas elétricas do Estado e, em especial, a sua organização burocrática, problema que nenhum outro líder político havia enfrentado, o que resultou no monopólio estatal da energia elétrica. (2) Também a produção de tabaco foi objeto de diversas restrições em seu governo, passando a ser controlada pelo Estado, bem como foi implementado um projeto nacional de monopólio do álcool. (3) Um banco nacional de seguros foi criado, sendo vedada a entrada de bancos internacionais no território uruguaio. (4) A ampliação do porto de Montevideu, o que garantia um aumento da capacidade de recepção e escoamento da produção nacional. Houve também consertos e valorização estatal de outros dois portos: La Paloma e La Coronilla. Esses dois portos foram revitalizados para o auxílio da navegação interna. (5) Serviços radiotelegráficos foram iniciados, (6) bem como foi estabelecido um fundo para a construção de uma portentosa via férrea capaz de

abarcando todo país. (7) O fitotécnico alemão Albert Boerger foi contratado com o intuito de promover melhoramentos genéticos em escala vegetal. (8) Institutos de química industrial, de Pesca, de Geologia, dentre outros, foram criados. (9) Houve ainda um forte financiamento para a pecuária, com leis específicas que permitiram desde crédito rural até a instalação de unidades frigoríficas. (10) A capital foi pavimentada, (11) um hotel para abrigar imigrantes foi construído – e a estes, inclusive, era adiantado o valor das passagens para que ingressassem em um país que buscava industrializar-se. (12) Ensaiou-se um serviço público capaz de levar passageiros de ônibus a outras regiões da cidade. (13) Realizou-se a confecção de um plano diretor que levou à atual configuração das linhas da cidade de Montevideu, construção de Liceos (colégios públicos com educação de alto rendimento) em todas as capitais departamentais. (14) Também houve forte fomento à cultura, assim como à criação de diversas escolas para alunos com necessidades especiais e, também, a de uma orquestra sinfônica nacional. (15) Foram instituídas leis trabalhistas que não permitiam mais do que oito horas de trabalho diário e mais de quarenta horas semanais. Observando os feitos de Batlle, SBH afirma:

[...] [a]s palavras mágicas Liberdade, igualdade e fraternidade sofreram a interpretação que pareceu ajustar-se melhor aos nossos velhos padrões patriarcais e coloniais, e as mudanças que inspiraram foram antes de aparato do que de substância. Ainda assim, enganados por essas exterioridades, não hesitamos muitas vezes, em tentar levar às consequências radicais alguns daqueles princípios. Não é, pois de estranhar, se o ponto extremo de impersonalismo democrático fosse encontrar seu terreno de eleição em um país sul-americano (Holanda, 2016, p. 316).

Batlle, antes de Schmitt, levava como vocação política a perspectiva de amigo-inimigo. O estado social poderoso deveria exercer a premissa civilizatória, tratando como inimigo todo aquele que se opusesse a essa

perspectiva. A integração deveria ser conduzida pelo Estado, não havendo problemas no uso da força quando a litigância se fizesse incontornável por outros meios. As oligarquias rurais – que em território brasileiro tanto incomodaram SBH –, no Uruguai, sabiam que necessitavam do apoio de Batlle y Ordoñez. Além disso, sua capacidade de promulgar leis – o que o fazia ser estimado pelas mais diversas classes sociais –, seu poder de algum modo soberano, eram afirmados por uma muito bem costurada aliança global entre classes. Assim, os intelectuais montevidéanos e os oligarcas interioranos acabaram por aderir ao batllismo, ainda que essa relação fosse mais complexa com os segundos do que com os primeiros. Afinal, Batlle questionava veementemente a existência do latifúndio e sua postura conservadora.

Batlle lograra em solo uruguaio o que reiteradas vezes SBH apontava como falha no Brasil: as leis criadas no Uruguai eram efetivamente capazes de informar aspectos reais da personalidade nacional e, por isso mesmo, eram cumpridas. As leis “para inglês ver” não aconteceriam no Uruguai batllista, evitando-se com isso uma réplica no solo do pequeno país daquilo que acontecia no Brasil.

Escapa-nos a verdade de que não são as leis escritas e fabricadas pelos juriconsultos, ou o cumprimento fiel dessas leis, as mais legítimas garantias de felicidade para os povos e de estabilidade para as nações. Costuma-nos julgar, ao contrário, que os bons regulamentos e a obediência aos preceitos constituem a floração ideal de uma apurada educação política, da alfabetização, da aquisição de hábitos civilizados e de outras condições igualmente excelentes [...] o grande pecado do século passado foi justamente o ter feito preceder o mundo das formas vivas do mundo das fórmulas e dos conceitos. Nesse pecado é que se apoiam todas as revoluções modernas, quando pretendem fundar os seus motivos em concepções abstratas como os famosos Direitos do Homem. Sobre-estimaram-se as ideias, que usurparam decididamente um lugar excessivo na existência humana (Holanda, 2016, p. 313-314).

O SBH que primeiro escrevera suas *Raízes do Brasil* (1936) entendia haver a necessidade de se afastar do modelo norte-americano que avançava sobre a América Latina, portanto, a obra de Rodó, em um primeiro momento, e as ações políticas de Batlle y Ordoñez, em um momento posterior, mostraram-lhe uma possibilidade política tipicamente latino-americana. O caudilho urbano, que se tornou o presidente uruguaio do começo do século XX, somou-se à influência do escritor alemão Carl Schmitt no modelo buarqueano. As teorias de Rodó e Schmitt e a ação prática do batllismo fundaram um modelo na mente do jovem ensaísta brasileiro, modelo que marcaria sua obra e sua trajetória intelectual, até então fortemente influenciadas por uma premissa monarquista.

5. Uma palavra sobre o debate Antonio Candido × Jessé Souza

Há a busca pela superação do modelo democrático na obra de SBH, algo que poderia ajudar a explicar o epíteto de “protofascista” dado por Jessé Souza em seu *A elite do atraso* (2017). No entanto, há ainda a interpretação de Antonio Candido, aquela que atravessou as últimas décadas e que deu sempre as tintas de clássico para *Raízes do Brasil*.

Na defesa de Candido no prefácio de 1967, abandona-se a perspectiva de que a obra de SBH possa, de qualquer maneira, ter perspectivas reacionárias. Ao contrário, Candido afirma que o radicalismo democrático do autor está em sua constituição teórica, mas também em suas ações práticas, emprestando-lhe um caráter fortemente praxiológico. O radicalismo democrático e praxiológico encontrado por Candido parece, muitas vezes, ser proveniente mais da relação de afeto que tinha com relação à imagem, mas também à pessoa de SBH. Seu prefácio atingiu, para muitos, o estatuto de capítulo inicial do livro, bem como o constante aparecimento de Candido em diversas conferências, ademais de depoimentos e artigos de árdua defesa da obra (Feldman, 2016b). Pedro Monteiro e Lilia Schwarcz chegam a afirmar que o “capítulo inicial” escrito por Candido “vinculou-se à obra feito uma cicatriz” (Monteiro; Schwarcz, 2016, p. 16), não havendo maneira de se pensarem as *Raízes do Brasil* buarqueanas sem a imagem de Candido.

O radicalismo democrático praxiológico defendido por Candido transcende, assim, as páginas que SBH nos legou, tornando-as um complemento brilhante de uma também brilhante emissão normativa. Candido tornava SBH o que deveria ser em períodos de democracia liberal. A perspectiva de um democrata radical está também ancorada na imagem do homem sentado ao lado de líderes políticos como Olívio Dutra, Luiz Inácio da Silva e Apolônio de Carvalho no dia 10 de fevereiro de 1980, na fundação do Partido dos Trabalhadores.

Assim, nenhum dos epítetos dados a SBH parecem satisfatórios. A qualificação de protofascista, de Jessé Souza, desconsidera os elementos históricos que cercaram a construção da argumentação de SBH, inclusive seu profundo desprezo pelo nazismo alemão, cuja emergência viu de perto. Implica certo anacronismo, se considerarmos também suas posturas posteriores e as correções diversas que as edições seguintes de *Raízes do Brasil* trouxeram. Ainda que se possa justificar, na edição original, em elementos como o nacionalismo extremo e a rejeição da democracia liberal, falta-lhe potência em encontrar uma glorificação ao militarismo e a intolerância a grupos religiosos ou étnicos, dentre as mais notórias facetas do fascismo.

Por outro lado, a imagem de um democrata radical também parece hiperbólica. SBH defendeu publicamente, em sua juventude, a monarquia brasileira e deixou transparecer, em diversos textos, sua vontade de que ela não tivesse perdido seu poder. Ainda em 1921, diria em texto para Sylvio Penteado que a “mudança de opinião é num pensador o sinal mais evidente de sua vitalidade. Só os imbecis têm opiniões eternamente fixas” (Holanda, 2011d, p. 19). O SBH maduro, definitivamente, não concordaria com a visão política do jovem SBH.

6. Considerações finais

A solução monarquista de um SBH adolescente em *Viva o imperador* acabou sendo encontrada no arranjo político uruguaio do início do

Novecentos. As raízes ibéricas fundantes eram as mesmas ou, ao menos, muito similares. As apropriações, tanto do caudilhismo quanto do liberalismo de origem francesa, levaram ao que SBH teria alcunhado de superação democrática. O homem cordial poderia exercer a sua pessoalidade, aquela que lhe era inata, e sua existência permaneceria fiel à sua constituição primária, desde que vigiada pela figura do grande imperador caudilho.

O próprio José Enrique Rodó, escritor de *Ariel* (1900) lido por SBH, havia sido um defensor de Batlle, mas depois houve rusgas e a sua defesa tornou-se uma crítica profunda. Nada indica, no entanto, que tal crítica tenha chegado a SBH, já que foram feitas na maioria das vezes em periódicos lançados na imprensa de Montevideú.

SBH estivera em contato com as obras de Schmitt durante a sua estadia na Alemanha, como visto por João Keneddy Eugênio (2011). Em sua biblioteca particular, havia oito obras do jurista alemão, dentre elas: *Legalidade e legitimidade*, *A ditadura* e *O conceito do político*. Sem a contribuição intelectual de Rodó e de Schmitt, muito possivelmente ele jamais fosse capaz de idealizar o conceito de homem cordial, ou seja, um sujeito movido pelas emoções mais puras da transposição ibérica para o seio americano. Um tipo que precisava demonstrar sua força e sua afetividade, suas vontades de poder e que só poderia ser controlado por uma figura ainda mais poderosa.

Batlle era o homem cordial perfeito, assim como o fora D. Pedro II. O estadista uruguaio teria as insígnias, dominaria os códigos e controlaria as vontades dos homens por meio de sua capacidade oratória e de articulação. Saberá quais elementos constituíam a alma americana e quais elementos poderiam e deveriam ser absorvidos da democracia liberal oriunda da França. Era, para SBH, a solução americana para o problema que nos consumia: ser quem éramos.

A cordialidade, que poderia ser confundida com aspectos da alma ibérica, torna-se, ao contrário, essa própria alma. E seu desígnio seria inevitável. Éramos (e seríamos para sempre) cordiais. Essa concepção jamais

conseguiu fugir de *Raízes do Brasil* em qualquer de suas edições, ainda que depois Holanda nos dissesse que deveríamos deixar de ser quem éramos, para tornar-nos um outro algo que ele não sabia identificar. Em 1936, o autor se expunha ao propor a solução batllista, pois era o que estava ao alcance no manancial de ideias políticas. Um democrata radical poderia propor o caudilhismo como saída social? Possivelmente não. SBH era contraditório e também o seu próprio modelo: um homem cordial.

Referências

1. ALMEIDA, Martins. **O Brasil errado**: ensaio político sobre os erros do Brasil como paiz. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932.
2. ARDONDE, Angelo Gabriel Uehara. **Entre o democrata radical e o protofascista**: a figura de Sérgio Buarque de Holanda na recepção crítica de raízes do Brasil por Antonio Candido e Jessé Souza. 2021. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.
3. AVELINO FILHO, George. Cordialidade e civilidade em Raízes do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 5, n. 12, p. 33-41, 1990.
4. CAETANO, Gerardo. **El liberalismo conservador**. Montevideú: Ediciones de la Banda Oriental, 2021.
5. LA MAÑANA. **Battle y Ordóñez el primer caudillo urbano**. La Mañana, 2020. Disponível em: <https://www.lamañana.uy/opinion/battle-y-ordonez-el-primer-caudillo-urbano>. Acesso em: 06 abr. 2023.
6. CUNHA, Euclides. Terra sem história (Amazônia). In: CUNHA, Euclides (ed.). *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
7. MATA, Sérgio. Tentativas de desmitologia: a revolução conservadora em Raízes do Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 36, n. 73, p. 63-87, 2016. DOI: <http://doi.org/10.1590/1806-93472016v36n73-005>.
8. DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.
9. EUGÊNIO, João Kennedy. **Um ritmo espontâneo**: o organicismo em Raízes do Brasil e Caminhos e Fronteiras, de Sérgio Buarque de Holanda. Teresina: EDUFPI, 2011.
10. FELDMAN, Luiz. **Clássico por amadurecimento**: Estudos sobre Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 2016a.

11. FELDMAN, Luiz. Contraponto e revolução em Raízes do Brasil. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque (ed.). **Raízes do Brasil**: edição crítica. São Paulo: Companhia das Letras, 2016b. p. 439-448.
12. HOLANDA, Sérgio Buarque. Ariel. *In*: BARBOSA, Francisco de Assis (ed.). **Raízes de Sérgio Buarque de Holanda**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989. p. 43-46.
13. HOLANDA, Sérgio Buarque. Viva o Imperador! *In*: COSTA, Marcos (ed.). **Sérgio Buarque de Holanda**: textos coligidos: livro I, 1920–1949. São Paulo: Editora Unesp, Fundação Perseu Abramo, 2011a. p. 3-8.
14. HOLANDA, Sérgio Buarque. A bandeira nacional. *In*: COSTA, Marcos (ed.). **Sérgio Buarque de Holanda**: escritos coligidos. São Paulo: Editora Unesp, Fundação Perseu Abramo, 2011b. p. 12-14.
15. HOLANDA, Sérgio Buarque. O homem-máquina. *In*: COSTA, Marcos (ed.). **Sérgio Buarque de Holanda**: escritos coligidos. São Paulo: Editora Unesp, Fundação Perseu Abramo, 2011c. p. 15-18.
16. HOLANDA, Sérgio Buarque. Homeopathias. *In*: COSTA, Marcos (ed.). **Sérgio Buarque de Holanda**: escritos coligidos. São Paulo: Editora Unesp, Fundação Perseu Abramo, 2011d. p. 19-20.
17. HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**: edição crítica. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
18. HOLANDA, Sérgio Buarque. Elementos básicos da nacionalidade. *In*: EUGÊNIO, João K.; MONTEIRO, Pedro M. (org.). **Sérgio Buarque de Holanda**: perspectivas. Campinas: Unicamp; Rio de Janeiro: UERJ, 2008.
19. MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987.
20. MONTEIRO, Pedro Meira; SCHWARCZ, Lília. Introdução – Uma edição crítica de *Raízes do Brasil*: o historiador lê a si mesmo. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque (ed.). **Raízes do Brasil**: edição crítica. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 11-26.
21. MONTEIRO, Pedro Meira. **Signo e Desterro**: Sérgio Buarque de Holanda e a imaginação do Brasil. São Paulo: Hucitec, 2015.
22. NABUCO, Joaquim. **Essencial**. São Paulo: Penguin-Cia. das Letras, 2010.
23. PÉCORA, Alcir. A importância de ser prudente. *In*: EUGÊNIO, João Kennedy; MONTEIRO, Pedro Meira (org.). **Sérgio Buarque de Holanda**: perspectivas. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p. 23-29.

24. RIBEIRO, Douglas Carvalho. **As raízes antiliberais de Sérgio Buarque de Holanda**: Carl Schmitt em Raízes do Brasil. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2017.
25. RÍOS, Carlos Manini. **Anoche me llamó Batlle**. Montevideu: Editora Letras, 1970.
26. ROCCA, Pablo. Brasil y la cuestión americana (Rodó por Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, José Veríssimo y João Pinto da Silva, 1920-1926). **Anales de la Literatura Hispano-Americana**, v. 46, p. 201-210, 2017.
27. RODÓ, José Enrique. **Ariel**. Campinas: UNICAMP, 1991.
28. SANTOS, Paulo. **Formação de cidades no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
29. SCHMITT, Carl. **La notion de politique**. Paris: Calmann-Lévy, 1972.
30. SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava-Jato. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.
31. VIANNA, Oliveira. **O idealismo na Constituição**. Rio de Janeiro: Edição Terra do Sol, 1927.
32. WAIZBORT, Leopoldo. O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil, 1936. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 76, p. 39-62, 2011. DOI: <http://doi.org/10.1590/S0102-69092011000200003>.

Fonte de financiamento: CNPQ (Chamada CNPq nº 73/2022 – Apoio à Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação: Bolsas de Mestrado e Doutorado – Ciclo 2023).

Conflito de interesses: Nenhum.

Contribuição dos Autores: Nicolás Edgardo Balado Gonçalves: pesquisa, metodologia, redação. Rafael Leite Mantovani: redação, revisão, supervisão.

Aprovação do Comitê de Ética: Nada a declarar.

Disponibilidade de Dados: Nenhum dado de pesquisa foi utilizado.

Editor: Enio Passiani (UFRGS, Brasil).

Nicolás Edgardo Balado Gonçalves é doutorando em Sociologia no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política na Universidade Federal de Santa Catarina. nicolasbg20@gmail.com

Rafael Leite Mantovani é doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. rafael.mantovani@ufsc.br

Recebido: 06 abr. 2023.

Aceito: 19 maio 2025.